

# PENÉLOPE

FAZER E DESFAZER A HISTÓRIA

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL — Nº 13 • 1994

DIRECTOR  
A. M. HESPAÑA

REDACÇÃO

Álvaro Ferreira da Silva (FE-UNL); Amélia Aguiar Andrade (FCSH-UNL); António Costa Pinto (CEHCP-ISCSTE); António M. Hespanha (ICS); Bernardo Vasconcelos e Sousa (FCSH-UNL); Carlos Fabião (FLL); Fernando Rosas (FCSH-UNL); Helder A. Fonseca (UE); José Manuel Sobral (ICS); Luís Krus (FCSH-UNL); Luís Ramalhosa Guerreiro; Mafalda Soares da Cunha (UE); Maria Alexandre Lousada (FLL); Nuno Gonçalo Monteiro (ICS); Nuno Severiano Teixeira (UE/UCP); Rui Ramos (ICS); Valentim Alexandre (ICS); Vítor Serrão (FLUC); Secretária da Redacção: Dulce Freire

Propriedade do título: Cooperativa Penélope. Fazer e Desfazer a História  
Subsídios à Redacção da J.N.I.C.T. e S.E.C.

Os originais recebidos, mesmo quando solicitados, não serão devolvidos.

Edição apoiada por *Lisboa 94, Capital Europeia da Cultura*

© Edições Cosmos e Cooperativa Penélope

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor

Impressão e acabamentos: Edições Cosmos

Maio de 1994  
Depósito Legal: 49152/91  
ISSN 0871-7486  
ISBN 972-8081-42-1

Difusão

LIVRARIA ARCO-ÍRIS  
Av. Júlio Dinis, 6-A Lojas 23 e 30 - P 1000 Lisboa  
Telefone: 795 51 40  
Telefax: 796 97 13

EDIÇÕES COSMOS

Rua da Emenda, 111-1ª - P 1200 Lisboa  
Serviços Comerciais: Av. Júlio Dinis, 6C-4ª D  
Telefone: 795 51 40 • Telefax: 796 97 13

# Ler as Cidades Antigas: Arqueologia Urbana em Lisboa

Carlos Fabião

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

«Não será exagero afirmar que hoje qualquer estudo da zona de Lisboa, seja no âmbito da Pré-História seja de *Olisipo* e do seu território, se debaterá com graves lacunas. Qualquer mapa terá grandes espaços em branco, absolutamente irrecuperáveis.»

Lemos/Martins, 1992, p. 96.

## 0. Introdução

Lisboa, como boa parte dos aglomerados urbanos do actual território português, corresponde à sedimentação de milenares e contínuas ocupações humanas. O seu estudo e compreensão envolve, por isso mesmo, extensos e complexos processos de pesquisa onde necessariamente se utilizam de um modo convergente diferentes tipos de fontes (documentais, iconográficas, arqueológicas, etc.). Como não poderia deixar de ser, a crescente especialização dos diversos ramos das ciências sociais torna cada vez mais difícil (e sem sentido) a antiga figura do *Olisipógrafo* de saberes enciclopédicos e leituras globalizantes e impõe novas abordagens, mais específicas e orientadas, conceptualmente estruturadas em novos moldes. Contudo, se é possível ensaiar novas investigações e frutuosa contributos com base em documentação de arquivo ou fontes iconográficas, ambas minimamente preservadas, já o mesmo não se poderá dizer para a informação resultante do registo arqueológico.

A especificidade do registo arqueológico advém, por um lado, da necessidade de proceder ao correcto acompanhamento da sua produção, com vista à recolha e anotação das relações contextuais e estratigráficas dos diferentes elementos que o compõem — a mera recolha de objectos no decurso de uma obra pública pode assegurar a conservação de alguma informação, mas, em contrapartida, sanciona a destruição do essencial; por outro, é gerado no contexto de uma investigação dependente de factores que lhe são exteriores — financiamentos, prazos de realização, relacionamento com proprietários, etc.; finalmente, constitui um acto irrepetível — quer resulte de uma destruição no decurso de uma obra não acompanhada, quer resulte de

uma intervenção arqueológica, de acompanhamento de obra ou de projecto de investigação.

Assim, uma distinção fundamental separa os estudos de história urbana baseados em fontes preservadas — quer sejam edifícios e conjuntos arquitectónicos quer fontes escritas ou iconográficas de qualquer tipo — dos resultantes das intervenções arqueológicas: a possibilidade ou impossibilidade de se refazerem, em novos moldes, com novos métodos, em outras épocas<sup>1</sup>... Esta radical distinção confere necessariamente ao processo de leitura das antigas cidades, baseado na informação arqueológica, uma especificidade própria, com responsabilidades acrescidas para os diferentes agentes envolvidos (poder central, autarcas, arquitectos, engenheiros, arqueólogos e público em geral).

É sobre este «território» específico (a arqueologia de Lisboa) que trata o presente texto. Pretende fundamentalmente apresentar um historial das pesquisas, uma espécie de «estado da questão», não tendo, por isso mesmo, intuítos «programáticos» ou «receitas» para uma situação que é, infelizmente, preocupante. Todavia, como facilmente se compreenderá, difícil seria falar das actuais insuficiências, sem enunciar algumas das suas causas.

## 1. A Arqueologia das Antigas Cidades do Sítio de Lisboa<sup>2</sup>

Em recente número da revista «Penélope» foi publicado o mais extenso balanço da *Arqueologia Urbana*, como campo disciplinar específico, em território actualmente português, não interessará, por isso mesmo, retomar aqui as questões relativas às origens e desenvolvimento da Arqueologia Urbana, na Europa, nem tão-pouco voltar a enumerar o que não se tem feito no nosso país<sup>3</sup>.

Gostaria, no entanto, de começar por abordar uma importante distinção, já sublinhada no artigo de Lemos e Martins, entre *Arqueologia Urbana*, isto é, a investigação das cidades que se sobrepõem e interpenetram no sítio onde hoje se encontra Lisboa (o aglomerado pré-romano, o romano, o da «antiguidade tardia»<sup>4</sup>, o medieval muçulmano, o medieval cristão, o moderno, os contemporâneos), e *Arqueologia em Espaços Urbanizados*, ou seja, o estudo das realidades humanas que utilizaram este espaço em épocas anteriores ao fenómeno urbano e as áreas habitadas nas proximidades das antigas cidades e com elas estreitamente relacionadas<sup>5</sup>.

Estes dois domínios, embora distintos em muitos aspectos, têm numerosos pontos de convergência que merecem alguma reflexão. Obviamente, os estudos dos vestígios das sociedades pré-urbanas existentes no sítio de Lisboa, sendo inquestionavelmente importantes, interessam a outro tipo de abordagens que não os relacionados com a leitura das antigas cidades, o que, sublinhe-se, não os torna menos relevantes, embora lhes confira uma problemática própria.

## 2. A Arqueologia Urbana em Lisboa

A história da Arqueologia Urbana do sítio de Lisboa assume contornos peculiares no contexto nacional, facilmente compreensíveis visto que a capital foi, desde

a época romana, pelo menos, uma cidade de grande relevância, aparentemente, sem grandes quebras de importância relativa no âmbito da rede de centros urbanos do Ocidente peninsular. Tal situação complexifica extraordinariamente o estudo de cada momento específico da sua existência, já que se multiplicaram os reaproveitamentos e reutilizações de estruturas pré-existentes e os revolvimentos do subsolo, pelos mais variados motivos.

O facto de se encontrar numa área de forte sismicidade confere-lhe, também, problemas específicos. Uma cidade antiga periodicamente assolada por sismos devastadores apresenta-se naturalmente marcada por inúmeras reparações e reconstruções, tendo de gerir, igualmente, muitos metros cúbicos de entulhos em épocas em que a tecnologia disponível dificultava essa gestão. Tais situações saldaram-se, por frequentes e sucessivos aterros que constantemente alteram a sua primitiva topografia.

Finalmente, as diversas intervenções no subsolo de Lisboa e suas vicissitudes patenteiam de forma eloquente todos os problemas de indefinição das mais diversas «políticas culturais» que o nosso país (não) tem conhecido; bem como a inoperância concreta da legislação do património cultural, desde o século XVIII, e a constante falta de articulação entre organismos e investigadores.

### 2.1. *Dos Humanistas aos Arqueólogos*

Até aos meados do século XVIII, para os eruditos, falar da antiga cidade de Lisboa era falar do aglomerado romano de *Olisipo*. Dependendo do ponto de vista, a velha cidade em que habitavam os humanistas quinhentistas era a que «(...) nos nossos dias se engrandece principalmente por ter sete grandiosos edifícios, magnanimamente construídos, por singular clarividência dos nossos reis, com incrível sumptuosidade»<sup>6</sup> ou a que «(...) quão descompota está (...) de fortaleza e quão desornada do que muito importa (...)»<sup>7</sup>. Uma cidade onde os vestígios do antigo esplendor embora visíveis, «(...) onde se encontram tantos elogios e tantos epitáfios gravados em lápides com caracteres latinos (...)»<sup>8</sup>; ou que «(...) os Romanos (...) ornaram de mui nobres edifícios, fábricas, muros, condutos de água, estradas e pontes, e de outras nobilíssimas memórias a enobrecendo e ornando, como se hoje em dia vê em algumas partes os indícios e vestígios de letras latinas e colunas e pedras, e cipos que o demonstram; e assim mesmo as estradas e pontes que iam de Lisboa até Roma, como eu as vi»<sup>9</sup>, embora considerados insuficientes para a elaboração de uma História da urbe na Antiguidade<sup>10</sup>.

A atenção voltava-se fundamentalmente para as epígrafes latinas, o vestígio que reconhecidamente documentava um passado familiar a estes eruditos. De alguma forma o testemunho de Francisco d'Holanda introduz a diferença, visto que a sua preocupação é eminentemente técnica. A sua «Lembrança» destina-se a propor um conjunto de inovações urbanísticas e arquitectónicas para a Lisboa do seu tempo, recorrendo ao exemplo do urbanismo clássico — daí as preciosas referências à represa e aqueduto da cidade romana e ao sistema viário e pontes<sup>11</sup>.

Praticamente até ao terramoto de 1755 todas as notícias sobre achados de época romana no subsolo de Lisboa têm um carácter muito vago e, sobretudo, pouco ou

nada deles resta, excepção feita às epígrafes que estariam associadas à «fábrica romana grande e majestosa» que em 1749 foi identificada quando se construía o edifício que ainda hoje delimita a norte o largo da Madalena<sup>12</sup>. A grande ruptura na atitude dos eruditos face aos vestígios romanos do subsolo da cidade verifica-se com as descobertas efectuadas no decurso da reconstrução pombalina de Lisboa. Sem exagero, pode dizer-se que, nessa altura, se verificam as primeiras intervenções de «arqueologia urbana», embora, como é natural, com os objectivos e perspectivas próprios da época.

Os vestígios então identificados incluíam um numeroso conjunto de epígrafes reaproveitadas como material de construção em estruturas mais recentes, designadamente no troço da muralha antiga onde se abria a chamada *porta do ferro*, ou Arco de N. Sra. da Consolação, que por iniciativa de Manuel do Cenáculo Villas-Boas foram recolhidas, embora não sistematicamente, apesar dos esforços do prelado e seus colaboradores<sup>13</sup>; um estabelecimento termal, as chamadas «termas dos Cássios», no lugar do antigo palácio do Correio-Mor, na Rua das Pedras Negras; o que parece ser um criptopórtico identificado na Rua Bela da Rainha, depois chamada da Prata; e, sobretudo, o teatro identificado a sul da cerca do Convento dos Lóios, actuais Rua da Saudade e de S. Mamede ao Caldas.

As chamadas «termas dos Cássios» foram identificadas em 1772 no decurso das obras de reconstrução da zona da Rua das Pedras Negras. Foi reconhecida apenas uma parte do edifício, de que se levantou uma planta, uma inscrição, desenhada e transcrita, que referia o restauro do complexo em 336 d. C. e uma estátua que foi levada para a Sala do Risco e posteriormente se perdeu<sup>14</sup>. A carta de Manoel Roiz Maya é particularmente interessante porque assinala, pela primeira vez, o difícil relacionamento da curiosidade dos eruditos com os ritmos de trabalho dos mestres-de-obras.

O provável criptopórtico da Rua da Prata, geralmente designado como «Termas da Rua da Prata» ou dos «Augustais», foi identificado em 1770. Em 1773 um novo troço do edifício foi interceptado no decurso da construção dos colectores de esgotos da cidade, mas a primeira descrição conhecida deve-se a Fr. José de S. Lourenço e data de 1780. O beneditino publicou um desenho muito esquemático do conjunto de galerias, sugerindo que se poderia tratar de catacumbas, análogas às de Roma<sup>15</sup>. O primeiro autor que aplicou a designação de «termas» a estas estruturas foi T. Caetano de Bem, que supôs, erradamente, tratar-se da continuação do edifício das Pedras Negras<sup>16</sup>.

Mas foi sem dúvida o que restava do antigo teatro da cidade romana a realidade que mais entusiasmou os eruditos da época, o que é compreensível atendendo ao carácter «nobre» do edifício. Os vestígios foram identificados na zona das ruas de S. Mamede e da Saudade em 1797 ou 1798<sup>17</sup> e Francisco Xavier Fabri, arquitecto italiano a trabalhar para a Casa Real portuguesa, interessou-se particularmente pelos mesmos. O próprio, ou alguém por ele, desenhou um primeiro esboço que se conserva inédito na Biblioteca Pública de Évora e que documenta um momento inicial da descoberta; pelo conjunto de plantas e outros documentos é possível afirmar que

existiram, de facto, escavações no local, com o intuito de pôr a descoberto o monumento<sup>18</sup>. O real arquitecto acompanhou empenhadamente os trabalhos e sabemos que tinha ideias concretas para a conservação das ruínas, que, por um qualquer motivo e em data difícil de precisar, não se concretizaram<sup>19</sup>. Sobre as ruínas, foi construída uma casa e seu jardim. No entanto, como é sabido, não ficaram por aqui as «desventuras» das ruínas (v. *infra* 2.3).

A era «pós-terramoto» inaugura uma nova fase de intervenção arqueológica no subsolo da cidade, para além do mais, reforçada pela nova legislação de protecção ao património construído antigo constante no Alvará de 4 de Fevereiro de 1802<sup>20</sup>. Do conjunto de observações e recolhas efectuados pouco há a registar<sup>21</sup>. No entanto, foi ao abrigo da nova legislação que se efectuou a maior intervenção, em 1856, justamente na zona da Rua da Prata, aquando da renovação dos colectores de esgotos urbanos, no local onde se conservavam os restos do antigo criptopórtico. A investigação foi conduzida pelo bibliotecário Francisco Martins de Andrade, coadjuvado pelo desenhador José Valentim de Freitas, que se queixou amargamente das obstruções e da falta de apoio dos responsáveis do Ministério das Obras-Públicas que dirigiam os trabalhos. Devido às dificuldades sentidas, limitaram-se a um breve reconhecimento do complexo de galerias e ao acompanhamento da escavação dos edifícios que se erguiam sobre elas<sup>22</sup>.

O balanço geral que se pode fazer das diferentes intervenções, desde a de Francisco Fabri às de Francisco de Andrade, não é objectivamente famoso. Por um lado, é evidente que todas se fizeram com a oposição dos «donos das obras», tanto privados como estatais, e, por consequência, em circunstâncias difíceis. Por outro, resulta igualmente evidente que a existência de legislação de protecção do património soterrado se revela completamente ineficiente para assegurar a sua efectiva salvaguarda. Como em seguida veremos, estas duas tendências não parecem ter-se alterado com o tempo...

## 2.2. A Cidade Cresce e Transforma-se

O período que genericamente abrange a primeira metade do nosso século constitui, sem dúvida, um tempo de refluxo na investigação arqueológica na área de Lisboa, embora, paradoxalmente, corresponda a um dos mais fecundos momentos de produção historiográfica sobre a cidade antiga, onde se destaca, de entre todas, a obra de A. Vieira da Silva<sup>23</sup>.

Duas das principais alterações verificadas são, por um lado, o crescimento em extensão da cidade, com reflexos óbvios na destruição de realidades patrimoniais pertencentes às áreas suburbanas e periferias dos antigos aglomerados do sítio de Lisboa. Quase sempre sem qualquer acompanhamento, rasgam-se novos arruamentos, urbanizam-se novos espaços, restando aos olisipógrafos «militantes» a possibilidade de, por vezes, recolher um ou outro elemento mais relevante<sup>24</sup>. Por outro lado, algumas grandes intervenções efectuadas em estruturas fundamentais para a história da cidade decorrem sem qualquer acompanhamento arqueológico digno desse nome.

A Sé Catedral foi restaurada ao longo de toda a primeira metade do século e o Castelo de S. Jorge «construído» entre 1935 e 1940, sobretudo entre 38 e 40, com o intuito de dotar a cidade de um espaço nobre para as comemorações do duplo centenário.

Naturalmente, não é este o local adequado para tratar das perspectivas, opções e ideologia subjacentes aos processos de restauro de ambos os monumentos. Merece, contudo, uma menção especial o caso do antigo espaço do «Paço da Alcáçova» porque, de algum modo, inaugura um novo tipo de intervenções, em «imóveis de prestígio», análoga a outras efectuadas mais recentemente na capital.

A intervenção no castelo foi dirigida e acompanhada por uma comissão mista, criada no âmbito da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que incluía arquitectos, engenheiros e A. Vieira da Silva e G. Matos Sequeira, na qualidade de arqueólogos. A obra decorreu com extrema celeridade, porque tinha de estar concluída para as comemorações e implicou gigantescas demolições e desaterros, obviamente incompatíveis com as necessidades de uma observação rigorosa<sup>25</sup>. A opção pelo «pastiche» arquitectónico estendeu-se, inclusivamente, ao restauro das paredes, como claramente se refere na memória descritiva<sup>26</sup>.

Apesar de tudo, é importante sublinhar que a arqueologia do sítio da cidade de Lisboa começa verdadeiramente nesta época a interessar-se por outros domínios que não só os do urbanismo romano. Para além das intervenções já aludidas, há registos de silos, no Bairro Alto e Mouraria<sup>27</sup>, identificam-se as primeiras cerâmicas de bandas pintadas, no Claustro da Sé e na Rua dos Douradores, denunciadoras de uma primitiva ocupação pré-romana da área urbana<sup>28</sup>, para além de alguns achados de artefactos pré-históricos, na área urbana e arredores, que saem fora do âmbito desta abordagem<sup>29</sup>.

Assim, como principal balanço desta época pobre em intervenções, haverá a registar, como dados relevantes, o facto de se ter compreendido que a leitura arqueológica das cidades antigas não era um exclusivo dos estudiosos do período clássico e que o subsolo encerrava importantes dados para o conhecimento de outras épocas, bem como a nascente percepção de que os vestígios de interesse arqueológico não se confinavam ao chamado «centro histórico» da cidade<sup>30</sup>.

### 2.3. A Década de 60: nas Origens da «Bicefalia»

A década de 60 marca um novo e importante momento da retoma da arqueologia urbana de Lisboa. O renascimento das intervenções na capital começa por estar associado à escavação da rede do metropolitano e aos arranjos do espaço anteriormente ocupado pelo mercado da Praça da Figueira.

Em 1960, as obras do metropolitano atingiram o edifício que Damião de Góis crismara como um dos «sete grandiosos edifícios» de Lisboa: O Hospital de Todos-os-Santos. Alertada por Irisalva Moita, a Câmara Municipal de Lisboa decide intervir e, depois de complexas negociações, conseguiu a suspensão temporária da obra para a realização de escavações arqueológicas que permitissem recolher toda a

informação possível, já que a primeira subsecção da sexta secção da Junta Nacional da Educação considerou que o imóvel não era merecedor de classificação<sup>31</sup>.

Os trabalhos efectuados nas ruínas do Hospital constituíram a primeira grande intervenção moderna de arqueologia urbana na cidade de Lisboa e, atendendo às enormes pressões e limitações que sofreram, podem considerar-se modelares, pelas preocupações de registo, onde não faltou a utilização de filmagens para documentar os vestígios encontrados<sup>32</sup>. As escavações da Praça da Figueira assinalam o início de uma delicada situação de tensão entre um poder autárquico, que deveria gerir o património da sua área urbana, e um poder central que, legalmente, detém a última palavra na gestão destes bens à escala nacional. Por um subtil processo administrativo, gerou-se, no seio de uma capital tradicionalmente macrocéfala, uma situação de «bicefalia», no domínio da intervenção sobre o património cultural<sup>33</sup>. Foi, também, a primeira experiência de confronto entre os interesses de um grande empreendimento e a investigação arqueológica que, neste caso, se saldou pela concessão, a troco de uma indemnização, de um mês de trabalho para estudar uma área de grandes dimensões.

Não se ficaram por aqui, no entanto, as vicissitudes das obras do metropolitano na Praça da Figueira/Rossio. Uma vez mais, Irisalva Moita, em visita rotineira de acompanhamento às obras, observou novos vestígios no local, que vieram a identificar-se como sendo de época romana e pertencentes a uma necrópole e a outras construções de funções não definidas. Depois de um processo burocrático complexo e, ao que parece, fatal para algumas áreas do sítio arqueológico, apesar dos esforços desenvolvidos pela, então, conservadora-adjunta dos Museus Municipais, a Junta Nacional da Educação acabaria por assumir a direcção dos trabalhos cujos resultados nunca chegaram a ser publicados<sup>34</sup>.

Ainda da década de 60 data o arranque dos trabalhos no teatro romano, primeiro com Fernando de Almeida, depois sob a direcção de Irisalva Moita e interrompidos em 1967<sup>35</sup>.

A década de 60, que marca o arranque dos grandes projectos de arqueologia urbana na cidade, revelou também de um modo eloquente a gritante falta de uma política consistente e global de intervenção, que permitisse uma boa articulação entre os diferentes organismos de investigação existentes, uma boa cooperação com os empreendedores públicos e privados e que, acima de tudo, garantisse um acompanhamento permanente a todas as intervenções que afectassem o subsolo da área urbana.

Tal como surgiu, este afã extinguiu-se sem continuidade com a suspensão das escavações das ruínas do teatro romano em 1967.

#### 2.4. Os Anos 80

A década de 80 marcou uma viragem fundamental na arqueologia urbana à escala europeia. Um pouco por toda a parte, sedimentou a consciência de que a salvaguarda da informação histórica conservada no subsolo das modernas cidades

não se compadecia com acções pontuais ou voluntaristas e, inclusivamente, os empreendedores, quer privados quer institucionais, compreenderam a importância emblemática — ou, simplesmente, comercial — dos vestígios materiais da memória dos centros urbanos. Regista-se, também, uma crescente sensibilização dos arquitectos à conservação e integração dos vestígios de antigos edifícios. Um pouco por toda a parte e particularmente nos grandes projectos em áreas urbanas, a arqueologia profissionalizou-se, mesmo em países como a Grã-Bretanha, de fortíssima tradição «amadora»<sup>36</sup>.

Não é este o espaço indicado (nem será, porventura, ainda, o momento) para debater os mais recentes desenvolvimentos da arqueologia urbana em Lisboa. No entanto, pode adiantar-se que, se há melhorias substanciais em relação às décadas anteriores — com equipas a trabalhar no terreno, em intervenções junto de empreendedores privados e estatais —, estamos muito longe de uma situação minimamente satisfatória e, o que me parece mais grave, as mais recentes leituras esboçadas para as antigas cidades que subjazem a Lisboa, continuam a fazer-se sem recurso à informação arqueológica ou usando, fundamentalmente, o que já fora compilado até aos anos 60, por total ausência de informação mais recente minimamente tratada<sup>37</sup>.

Pelo que se pode depreender das intervenções em colóquios e congressos e pelas notícias publicadas nos principais *media*, em Lisboa trabalham, actualmente, dois grandes pólos de intervenção: o Gabinete do Teatro Romano, de âmbito camarário, e os serviços do Departamento de Arqueologia do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico. Apesar de tanto um como o outro denotarem uma gritante falta de efectivos, com equipas diminutas, mesmo para o nível nacional, ambos efectuaram e efectuam trabalhos de acompanhamento de obras de empreendedores privados. O primeiro tem acompanhado, para além de diferentes projectos autárquicos, obras da EDP e da instalação da rede de distribuição de gás — o que poderá ser compreensível, embora teoricamente tais acções devessem ser efectuadas pelo segundo — e a remodelação das instalações do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações — o que parece, de todo, insólito —, tudo isto conjugado com a investigação do teatro romano, supostamente o seu objectivo primordial. Os segundos, para além das obras de particulares, principalmente institucionais (banca e grande comércio), têm acompanhado obras públicas, prestado colaboração a gabinetes autárquicos, designadamente o da Mouraria — o que se afigura, no mínimo, estranho, atendendo à existência do já referido gabinete municipal —, estiveram ligados às escavações de edifícios de prestígio (Casa dos Bicos e Centro Cultural de Belém) e desenvolvem um projecto de investigação na Sé.

A multiplicação de intervenções, sem aparente coordenação, e, sobretudo, com escassíssimos efectivos, é naturalmente preocupante, visto que não possibilita a criação de mecanismos eficazes para uma política sistemática de acompanhamento das intervenções no subsolo da área urbana<sup>38</sup>. Por outro lado, a escassez dos efectivos, constantemente mobilizados para as mais diversas intervenções, impede, obviamente, a realização de trabalho aceitável. Os reflexos desta situação são já bem

visíveis: as duas grandes intervenções em edifícios de prestígio, Casa dos Bicos e Centro Cultural de Belém, não deram lugar, como seria de esperar, à publicação das respectivas monografias, ao contrário do que acontece com as acções análogas empreendidas nos outros países da Europa<sup>39</sup>. Esta ausência da necessária conclusão das diferentes escavações efectuada perpetua e amplifica as actuais dificuldades de comunicação entre investigadores, empreendedores e opinião pública, com evidente desprestígio para a actividade arqueológica e para os arqueólogos. Ninguém entende porque razão se devem atrasar obras para a realização de escavações, se estas em nada resultam e em nada contribuem para o progresso dos conhecimentos sobre as antigas cidades do sítio de Lisboa.

É claro que também a ausência de vontade política para inverter esta situação constitui um obstáculo de monta. E, neste particular, ninguém está inocente. O poder central persiste em não regulamentar a chamada Lei de Bases do Património Cultural (Lei 13/85, de 6 de Julho), aprovada por unanimidade no Parlamento; ou em aplicar os princípios definidos pela *Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico*, de 1992, para a qual, ao que consta, contribuiu com importantes sugestões, já adoptadas, entretanto, em outras nações da UE. As autarquias da área metropolitana, maioritariamente afectas a partidos da oposição, têm primado pela falta de capacidade para criar um organismo coordenador, que permita consertar acções de salvaguarda e estudo da área urbana, já que a leitura das antigas cidades do sítio de Lisboa implica muito mais do que a investigação do «centro histórico»<sup>40</sup>; como é óbvio, também há responsabilidades acrescidas para a Câmara Municipal de Lisboa que chega quase aos meados da década de 90 sem criar um organismo adequado aos problemas e desafios que a salvaguarda da memória dos espaços de uma cidade capital multimilénar levanta e coloca.

Mas, para lá da ausência de vontade política que, como é sabido, muitas vezes se torna numa cómoda explicação para a inércia, é conveniente que os investigadores não esqueçam as suas responsabilidades (que não são poucas) na difícil afinação dos instrumentos de leitura das antigas ocupações humanas do sítio de Lisboa.

<sup>1</sup> Como é óbvio, sempre que existem registos conservados (plantas, gravuras, relatórios, etc.), é possível reavaliar os dados e interpretações produzidos por arqueólogos do passado e, então, as tarefas do investigador actual não serão essencialmente diferentes das de um investigador que lida com outras fontes escritas ou iconográficas. Nestes casos, o processo de reinterpretação será tanto mais eficaz quanto mais rigoroso e preciso for o registo. Contudo, o drama destas reavaliações consiste, em muitos casos, em conseguir apurar que os dados foram deficientemente observados e interpretados, mas nunca em determinar como seria realmente o local investigado...

<sup>2</sup> A intervenção no domínio da arqueologia urbana não se esgota no processo de investigação das cidades antigas que subjazem às actuais, estendendo-se, naturalmente, ao estudo de outras ocupações humanas do local, anteriores ao fenómeno urbano. Por óbvias limitações de espaço, mas não só, excluem-se deste texto os dados relativos à Pré-História. Contudo,

- o leitor interessado poderá encontrar boas pistas de leitura em: J. M. Cardodo, *Carta Arqueológica do Concelho de Lisboa*, «Lisboa, Revista Municipal», ano 49, 2ª série, 23, 1988, pp. 3-15 e 24, 1988, pp. 3-25; J. L. Cardoso, *No Estuário do Tejo, do Paleolítico à Idade do Ferro, Arqueologia do Vale do Tejo (Catálogo de Exposição)*, Lisboa, IPPC, 1987, pp. 69-81; J. L. Cardoso, G. Zbyszewski e M. C. André, *O Paleolítico do Complexo Basáltico de Lisboa*, Oeiras, 1992 (Estudos Arqueológicos de Oeiras, 3). O catálogo da exposição *Lisboa Subterrânea*, cuja inauguração se anuncia para Fevereiro de 1994, constituirá certamente a mais importante obra de referência.
- <sup>3</sup> Para o conjunto de considerações gerais sobre a Arqueologia Urbana, sua génese e desenvolvimento, e para a situação em Portugal, incluindo um bom diagnóstico da situação actual e das dificuldades existentes, remeto o leitor para o texto de F. S. Lemos e M. Martins, *A Arqueologia Urbana em Portugal*, «Penélope — Fazer e Desfazer a História», 7, 1992, pp. 93-103. Para além da bibliografia aí citada, designadamente a relacionada com os encontros portugueses sobre o tema, haverá a acrescentar as *Actas das IV Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, 1990)*, Lisboa, 1991; *Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado (Seixal, 1991)*, no prelo; *Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, 1993)*, no prelo (todos com textos sobre Arqueologia Urbana e sobre casos específicos da cidade de Lisboa).
- Como se disse na nota anterior, a exposição *Lisboa Subterrânea* e o seu catálogo não deixarão de constituir as grandes e mais actualizadas sínteses sobre a cidade e o seu território. Dos estudos efectuados ou em curso em outros centros urbanos merecem particular destaque os das cidades de Braga (v. *Cadernos de Arqueologia*, 6-7, 1989-90, mas distribuído, de facto, em 1993) e Porto (*O Porto das Mil Idades. Arqueologia na Cidade*, exposição, Porto, Casa Tait, 1993-94, catálogo e roteiro, Porto 1993).
- Anuncia-se para o mês de Fevereiro um *Encontro de Arqueologia Urbana*, que reunirá em Braga e, certamente, não deixará de publicar as suas *Actas*.
- <sup>4</sup> Opto por esta designação para contornar as tradicionais dificuldades terminológicas deste período («tardo-romano», «paleocristão», «bárbaro» ou «godo»).
- De facto, dentro do pouco que se sabe, parece ter sido a cristianização das populações o principal elemento responsável pelas transformações ocorridas nos antigos tecidos urbanos «pagãos» (surgimento de novos centros polarizadores da vida urbana, abandono e ruína de antigos espaços sagrados). No entanto, a erecção das novas cercas defensivas no Baixo Império não tem menor impacte na reestruturação das cidades.
- <sup>5</sup> Frequentemente, a investigação empenha-se na intervenção ou no acompanhamento de obras efectuadas nos chamados centros históricos, esquecendo a necessidade de proceder a idênticas acções nas áreas de crescimento recente, que afectam as estruturas subsidiárias das antigas cidades (espaços rurais, áreas «industriais» suburbanas, sistema viário de acesso aos antigos aglomerados, etc.), para além dos eventuais vestígios de ocupações anteriores ao fenómeno urbano.
- Tais situações podem, inclusivamente, colidir com as áreas de actuação de diferentes organismos, por exemplo gabinetes técnicos de diferentes autarquias, o que exige um esforço suplementar de articulação da investigação (voltarei ao tema no ponto 2.4 do presente texto).
- <sup>6</sup> Damião de Góis, *Descrição da Cidade de Lisboa*, tradução de *Urbis Olisiponis Descriptio* (Évora, 1554) por J. Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, 1988, p. 51. Não deixa de ser irónico verificar como a segunda destas enunciadas maravilhas, o *Hospital de Todos-os-Santos*, foi sacrificado nos anos 60 à necessidade de instalar a rede de metropolitana na capital (v. *infra* ponto 2.3.).
- <sup>7</sup> Francisco d'Holanda, *Da Fábrica Que Falece à Cidade de Lisboa* (1571, mas inédita até 1879), edição de J. Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, 1984, p. 12.
- <sup>8</sup> D. de Góis, *op. cit.*, p. 39.
- <sup>9</sup> F. d'Holanda, *op. cit.*, p. 14.

- <sup>10</sup> «(...) nada conseguimos apurar, nem acerca da sua história antiga, nem dos feitos nela acontecidos em tempos idos, quer nos autores gregos quer latinos (...) Todas estas coisas, como é razoável supor, desapareceram certamente mais pelo desgaste do tempo do que por incúria dos escritores (...)», D. Góis, *op. cit.*, pp. 38-39.
- <sup>11</sup> F. d'Holanda, *op. cit.*, capítulos 6 a 8, pp. 24-30 e os desenhos dos Fls. 18v., 21 e 21v. e 22. Obviamente, para além das referências aos cipos do sol e da lua existentes na foz da ribeira de Colares (cap. 9 e desenho do Fl. 25) e da evocação de duas epígrafes reaproveitadas em prédios da cidade de Lisboa (p. 14). Seria fastidioso e de escasso proveito enumerar o conjunto de referências existentes sobre a epigrafia olisiponense em autores dos séculos XVI ao XVIII. Os interessados podem consultar esses dados na obra de A. Vieira da Silva, *Epigrafia de Olisipo (Subsídios para a História da Lisboa Romana)*, Lisboa, C. Municipal, 1944 (= *EO*), particularmente as pp. 10 a 30 e o índice de autores, pp. 284-319.
- <sup>12</sup> A notícia foi transmitida pela *Carta do Padre D. Thomaz Caetano de Bem*, que constitui um dos anexos à segunda edição de: Cristóvão Rodrigues de Oliveira, *Svmnario em que brevemente se contem algvas covsas (assi eclesiasticas como secvlares) que ha na cidade de Lisboa*, 2ª ed., Lisboa, Manuel da Conceição ed., 1755, pp. 153 a 176. É certo que já antes desta notícia há pelo menos uma informação sobre construções antigas no subsolo de Lisboa, designadamente a que refere um suposto cais com argolas de bronze, encontrado sob o dormitório dos frades do Convento de S. Domingos, v. Fr. Luís de Sousa, *História de S. Domingos*, Livro I, Lisboa, 1571, p. 313, referido em A. Vieira da Silva, *A Cêrca Moura de Lisboa: Estudo Histórico Descritivo*, 2ª ed., Lisboa, C. Municipal, 1939, pp. 130-132. Para outras informações antigas sobre achados ocasionais de época romana v. I. Moita e A. C. Leite, *Recuperar Olisipo a partir de Lisboa. Possibilidades e Limitações, I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal, 1985)*, Lisboa, IPPC, 1986, pp. 55-67, com abundante bibliografia.
- <sup>13</sup> Uma boa resenha das vicissitudes que rodearam a recolha destes materiais, bem como a sua posterior dispersão e (em muitos casos) desaparecimento pode ver-se em A. Vieira da Silva, *EO*, pp. 20-30 e 70. Algumas das epígrafes então registadas foram posteriormente utilizadas como entulho na Rua das Canastras e de novo recuperadas nas primeiras décadas do nosso século.
- <sup>14</sup> As primeiras notícias relativas a este complexo devem-se a Thomaz Caetano de Bem, *op. cit.*, e à carta inédita de Manoel Roiz Maya, de 24 de Abril de 1776, Biblioteca Pública de Évora, pasta 1. A lápide, que se perdeu, não oferece grandes problemas de transcrição (= *EO*, 22).
- <sup>15</sup> *Monumenta Selecta a Magistro Fr. Joseph a Divo Laurentio etim Benedictino nunc Cisterciensis*, BNL, Ms. de Alcobaça, 395, Fl. 3.
- <sup>16</sup> Thomaz Caetano de Bem, *Noticia das Thermas ou banhos cassianos e outros monumentos romanos, modernamente descobertos na Cidade de Lisboa*, BNL — Cod 104, Fl. 8v. e 9. O autor, com manifesto exagero, não só associa os dois conjuntos de construções como, inclusivamente, os pretende relacionar com os antigos «canos» existentes em S. João da Praça (Fl. 10).
- <sup>17</sup> Geralmente admite-se a data de 1798 para a descoberta das ruínas do teatro. No entanto, A. Vasco Rodrigues chamou recentemente a atenção para a possibilidade de ter sido identificado no Outono do ano anterior, com base na referência constante no relato de viagem de C. J. Ruders, v. A. V. Rodrigues, *O Teatro Romano de Felicitas Julia (Lisboa)*, suplemento de «Ingenium», Dez. de 1987, pp. 5-6.
- <sup>18</sup> O conjunto de plantas das ruínas do teatro romano de Lisboa, associadas à sua descoberta, inclui a da Biblioteca Pública de Évora, pasta 1, presumivelmente levantada para D. Manuel do Cenáculo Villas-Boas, sem dúvida a mais antiga; uma segunda, já depois das escavações, saída da pena de Francisco Fabri, como o próprio refere em carta de 7 de Janeiro de 1800 — «(...) fiz varios riscos, que mostravaõ as ruinas daquele Monumento, huns dos quaes apresentei à Academia das Sciencias, propondo à mesma Academia, em

huma Descrição minha, sobre aqueles Vestígios da Antiguidade, que daria, além da Planta Geral, hum livro com todos os Fragmentos de Architectura, que atégora se tinha descobertos; assim também das Figuras, Inscriptões, e Capiteis de varias qualidades, e da particularidade do Estuque, que até ao tempo de Néro preziste naqueles Capiteis, e Columnas, com o qual estava revestidos (...)» —; a terceira, certamente baseada na anterior, publicada pelo professor régio de gramática e língua latina Luiz Antonio Azevedo, *Dissertação Critico-Filologico-Historica Sobre o verdadeiro anno, manifestas causas, e attendíveis circunstancias da erecção do Tablado e Orquestra do antigo Theatro Romano, descoberto na excavação da Rua de S. Mamede perto do Castelo desta Cidade, com a intelligencia da sua Inscriptão em honra de Nero, e noticia instructiva d'outras Memorias alli mesmo achadas, e atégora apparecidas*, Lisboa, Nova Impressão da Viúva Neves e Filhos, 1815, p. 46.

- A primeira permanece inédita e documenta um momento inicial dos trabalhos de desaterramento, quando apenas uma parte do muro do *proscenium* tinha sido posto a descoberto, tendo a vantagem de documentar a localização exacta da primeira estátua de Sileno, aliás, conforme à implantação mostrada na segunda planta. A segunda, a mais importante para o conhecimento da aparência das ruínas à data da sua descoberta, encontra-se actualmente no Museu da Cidade e deveria fazer parte da relação enviada por Fabri à Academia das Ciências (a supracitada carta de 7 de Janeiro de 1800 conserva-se no Arquivo Histórico do MHOP, «Ministério do Reino», e foi publicada por Ayres de Carvalho, *Os Três Arquitectos da Ajuda. Do «Rocaille» ao Neoclássico*, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1979, pp. 142 e 153. A terceira é sem dúvida a mais divulgada, embora apresente um panorama das ruínas posterior às escavações e a algumas «arrumações» do material encontrado.
- <sup>19</sup> Em carta datada de 16 de Março de 1799 Fabri informa que: «(...) Jozé Antonio Dias, e (...) Manuel Loureiro (...) requerem licença para continuarem a Obra, que principiaraõ em hum Terreno junto à Rua da Saudade, que fim do ano passado lhe suspendi; para edificarem huma parede no sitio aonde se descobriu parte do antigo Teatro: E como de presente pegáraõ repentinamente outra vez na Obra, sem nenhuma licença, mandei suspender de novo a continuaçãoõ dela; porque no cazo de querer S. Mage. conservar o antigo Monumento no mesmo lugar, em que se achou, sou de parecer, que se compre o Terreno e a Parede dos Edificantes; e se torne a colocar outra vez no seu lugar parte das Pedras da Inscriptão que se tiraraõ para fora, antes de eu ser encarregado de vigiar sobre a indagação daquelas Antiguidades; e que se faça huma Parede ao redor do Teatro, não só para a conservação daquele Monumento, e de todos os mais Fragmentos de Architectura, de Capiteis, e Columnas, q ali se tem descoberto; mas também para suster o grande Entulho, de que está cercado por todos os lados o antigo vestigio do Teatro (...)», Arquivo do MHOP, «Ministério do Reino», publicado por Ayres de Carvalho, *op. cit.*, pp. 142 e 152. Recorde-se que pelo alvará régio de 20 de Agosto de 1721 este tipo de vestígios se encontrava devidamente protegido, v. Carlos Fabião, *Para a História da Arqueologia em Portugal*, «Penélope — Fazer e Desfazer a História», 2, 1989, pp. 10-26, particularmente as pp. 16-18, apesar de uma arreliadora «gralha» ter transformado em 1712 a data do Alvará. No entanto, as ruínas do teatro voltaram de novo a ser soterradas em data difficil de precisar, já que o citado texto de L. A. Azevedo, publicado em 1815, não faz qualquer referência à situação das mesmas na altura da impressão do opúsculo. J. Castilho refere que, na década de 60, ainda eram visíveis as ruínas; v. *Lisboa Antiga, Segunda Parte, Bairros Orientaes*, tomo I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1884, p. 117.
- <sup>20</sup> V. C. Fabião, *op. cit.*, nota 12, p. 25.
- <sup>21</sup> V. I. Moita e C. Leite, *op. cit.*
- <sup>22</sup> O relatório de F. Martins de Andrade, *Memoria Acerca d'uns restos de Thermas Romanas existentes em Lisboa, escripta por F. M. d'Andrade, Conservador da Repartição dos Manuscriptos e Antiguidades da Biblioteca Nacional de Lisboa*, 1860 (BNL, Cod. 8468, havendo mais duas cópias com as cotas Cod. 7299 e Cod. 7619) e a respectiva ilustração, J. Valentim de Freitas, *Desenhos a que se refere a Memoria ácerca d'uns restos de thermas*

*romanas, existentes em Lisboa* (BNL, II. 162) permanecem inéditos, embora tenham sido largamente transcritos por Borges de Figueiredo, *As Thermas Romanas da Rua Bella-da-Rainha* (vulgo *Rua da Prata*) em Lisboa, «Revista Archeologica e Historica», 3, 1889, pp. 23-35.

A intervenção revelou um complexo de galerias construído em silharia de calcário, de grande aparelho, que suportava uma construção com tanques revestidos a *opus Signinum*. Recolheram-se, também, várias placas de mármore pertencentes ao(s) edifício(s).

A principal obra que se refere ao monumento descreve as vicissitudes da sua descoberta e reconhecimento, sugere a sua identificação como criptopórtico e apresenta ainda uma extensa relação da bibliografia sobre o mesmo é a de I. Moita, *As Termas Romanas da Rua da Prata*, Lisboa, CML, 1977.

- <sup>23</sup> Recorde-se que é nesta época que se publicam os fundamentais estudos de A. Vieira da Silva, inaugurando uma nova era da leitura da topografia histórica de Lisboa, não só da velha urbe romana mas também da cidade medieval e moderna. É também o período de publicação da síntese colectiva, dirigida por G. Matos Sequeira, *Lisboa: Oito Séculos de História*, Lisboa, CML, 1947.
- <sup>24</sup> A maior parte destas recolhas incide sobre objectos que, por si só, chamariam a atenção de qualquer leigo, designadamente epígrafes. A. Vieira da Silva registou vários destes achados ocasionais, tidos por isolados, no decurso de obras públicas, desde a Avenida da República aos Olivais (*EO, passim* e carta de distribuição). Em algumas raras ocasiões, logra fazer observações mais demoradas, mas sempre parcelares, v. A. Vieira da Silva, *Um Tubo de Drenagem Romano Encontrado Numa Escavação em Lisboa*, «O Archeólogo Português», 25, 1922, pp. 180-183, e *Uma Estação Lusitano-Romana no sítio de Poço de Côrtes*, «Revista Municipal», 20-21, 1944, pp. 37-41.
- <sup>25</sup> Embora a obra de recuperação tenha começado em 1935, decorreu, sobretudo, entre 1938 e 1940. Segundo dados da DGEMN, áreas houve em que as escavações atingiram oito metros de profundidade e ter-se-ão removido, ao todo, cerca de 120 000 metros cúbicos de entulhos, v. «Boletim da DGEMN», 25-6, 1941. Em alguns casos foi possível recuperar com relativa segurança antigas torres e panos de muralha, sobretudo graças às meticulosas observações de Matos Sequeira. No entanto, como Vieira da Silva escreveu, a intenção foi «(...) reconstituir (o castelo) com a estrutura e o aspecto que deveria ter tido em uma época indefinida (...) (visto) (...) ser hoje completamente impossível imaginar como ele seria na sua origem (...)», *Restauro do Castelo de S. Jorge*, «Revista Municipal», 3, pp. 25-31. Sublinhe-se, porém, que todo o processo começou por um aturado estudo do local, v. A. Vieira da Silva, *O Castelo de S. Jorge em Lisboa*, 2ª ed., Lisboa, CML, 1937 e, durante as obras de restauro, a comissão demonstrou sempre uma grande abertura ao debate com outros olisipógrafos.
- <sup>26</sup> «Ao longo destes e outros trabalhos, sobretudo na reconstituição de certos panos murais descompostos ou desagregados, procurou-se cuidadosamente aproveitar (...) muitos dos elementos de maior valia que por toda a parte se encontraram dispersos ou desintegrados de qualquer unidade arquitectónica. Assim se utilizaram vantajosamente (...) algumas ombreiras, vergas e soleiras de portas, várias escadas e parapeitos, numerosas seteiras ou simples frestas, ameias de muralhas e de torres», «Boletim»... *op. cit.*, p. 34.
- <sup>27</sup> F. Alves Pereira, *Quatro «Silos» ou Celeiros Encontrados no Chiado*, «O Archeólogo Português», 26, 1923-4, pp. 171-178.
- <sup>28</sup> J. L. de Vasconcellos, *Antiguidades Romanas de Lisboa*, «O Archeólogo Português», 5, 1900, pp. 282-287; V. Correia, *A Cerâmica Ibérica no Centro e Sul de Portugal*, «Terra Portuguesa», 5 (37), 1924, pp. 10-12, e J. Fontes, *A Proto-História*, in: G. M. Sequeira (dir.) *op. cit.*, p. 58.
- <sup>29</sup> V. bibliografia citada na nota 2.
- <sup>30</sup> Neste particular, não há dúvida de que foram sobretudo os vestígios pré-históricos aqueles que mais sofreram com a extensão da malha urbana, sobretudo porque eram os mais difíceis de identificar por observadores sem formação. No entanto, há que sublinhar, como já

o fizeram F. S. Lemos e M. Martins, no artigo citado, que as grandes destruições ocorreram (e continuam a verificar-se) em tempos bem mais recentes, numa época em que se não justificava já esta falta de cuidado.

- 31 O parecer de 9/9/1960 estabelece que: «Nem as ruínas, nem os moveis nelas encontrados merecem classificação; mas interessam, sem dúvida, á (*sic*) história nacional. Assim, convirá: á (*sic*) Camara Municipal, recolher, não só os moveis, mas todos os fragmentos de valor arqueológico integrados nas ruínas; à Junta Nacional da Educação, documentar convenientemente o Processo relativo ás mesmas ruínas.» Tudo isto, naturalmente, «A Bem da Nação»...

- V. Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Processo 6J/618.  
32 Sobre o Hospital, historial das escavações e principais observações efectuadas, v. o excelente Catálogo da Exposição *Hospital Real de Todos-os-Santos 500 Anos*, Lisboa, CML, 1993, para além dos relatórios publicados por Irisalva Moita, *Hospital Real de Todos-os-Santos. Relatório das escavações a que mandou proceder a CML de 22 de Agosto a 24 de Setembro de 1960*, «Revista Municipal», 101 a 111, 1964-1966.

- 33 Refira-se que esta «bicefalia» se mantém e está longe de ser um exclusivo de Lisboa, já que, actualmente, o IPPAR e a DGEMN continuam a deter a gestão de inúmeros edifícios classificados e sítios arqueológicos, de norte a sul do país. Por outro lado, e apesar de o actual discurso do poder central assumir contornos predominantemente liberais, estes dois organismos continuam a dispor da última palavra em todas as questões de âmbito patrimonial, independentemente das opções ou da vontade das autarquias ou outros organismos.

- 34 Irisalva Moita publicou os resultados das suas primeiras observações e recolhas, *Achados da Época Romana no Subsolo de Lisboa*, «Revista Municipal», 116-117, 1968, pp. 33-71, descrevendo, também, as circunstâncias que envolveram o processo da descoberta, alerta, suspensão das obras e início da intervenção da equipa destacada pela JNE. Voltou a referir o caso em I. Moita e C. Leite, *op. cit.*, p. 57. Manuel Heleno, que foi o relator da JNE, publicou o seu parecer, *Estação Lusitano-Romana da Praça da Figueira*, «Ethnos», 4, 1965, pp. 305-308. As escavações, propriamente ditas, que decorreram de Fevereiro a Abril de 1962 sob a direcção de F. Bandeira Ferreira, permaneceram inéditas, para além de algumas breves referências insertas no noticiário do «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», série 80, 7-12, Jul.-Dez, pp. 187 e 194 e de uma notícia publicada no «Diário de Lisboa» de 25/3/62, apesar de existir um exaustivo e circunstanciado relatório no arquivo da JNE e na CML.

As sucintas notícias publicadas falam de uma necrópole de incineração, outra de inumação, vestígios de outras construções romanas de funções não definidas e de um troço de via, todos de época romana e, ainda, de vestígios pré-históricos neolíticos e do calcolítico final.

O Museu da Cidade projecta efectuar em 1995 uma exposição, no âmbito da qual procurará recuperar e estudar o conjunto da informação obtido nestas escavações.

- 35 As mais recentes desventuras da escavação e recuperação do antigo teatro constituem um verdadeiro símbolo da já secular indefinição de uma política patrimonial na cidade. Nos inícios da década de 60 foi demolido um dos prédios que cobriam o que resta do monumento e, apesar dos inúmeros protestos públicos, designadamente do arquitecto Cassiano Branco e da associação Amigos de Lisboa, foi construído um novo edifício no seu lugar. Em 1964, Fernando de Almeida, aproveitando a oportunidade de um dos outros prédios que se sobrepunham às ruínas se encontrar devoluto, e com o apoio do proprietário, uma Companhia de Seguros, efectuou sondagens arqueológicas e chamou de novo a atenção para o velho monumento. Na sequência destes trabalhos, a Câmara Municipal tomou em mãos o processo de investigação do sítio e Irisalva Moita trabalhou no local em 1966 e 67, pondo a descoberto a área escavada nos fins do século XVIII e descobrindo novos espaços. De novo interrompido, o estudo do local só recomeçou em 1985, com um escrupuloso levantamento efectuado por T. Hauschild, em colaboração com o Museu da Cidade, de que resultou a mais completa leitura do conjunto de ruínas conhecido, de singular

importância para a compreensão do desenvolvimento da cidade romana. Segundo o director da delegação de Lisboa do Instituto Arqueológico Alemão, o teatro teria sido construído sob Augusto, utilizando silharia de grande aparelho, com os seus elementos arquitectónicos cobertos por estuque pintado (como já notara Fabri). No reinado de Nero, pelo evergetismo do augustal *Caius Heius Primus*, o monumento teria sido revestido a mármore, como referia, aliás, a inscrição já conhecida desde o século XVIII (EO, 70). Em 1987, A. Vasco Rodrigues foi nomeado pela Câmara Municipal para dirigir novos trabalhos no local. Finalmente, em 1989, A. M. Dias Diogo substituiu aquele arqueólogo e iniciou novas escavações na área do antigo teatro.

Para informação mais detalhada sobre este processo v. F. Almeida, *Notícias Sobre o Teatro de Nero, em Lisboa*, «Lycerna», 5, 1965, pp. 561-571; I. Moita, *O Teatro Romano de Lisboa*, «Revista Municipal», 124-5, 1970, pp. 3-33; *Problemas da Lisboa Romana. A Recuperação do Teatro de Olisipo, Arqueologia de las Ciudades Modernas Superpuestas a las Antiguas (Zaragoza, 1983)*, Madrid, 1985, pp. 285-302; J. Alarcão, *O Teatro Romano de Lisboa, Actas del Simposio: El Teatro en la Hispania Romana*, Badajoz, 1982, pp. 287-302; I. Moita e C. Leite, *op. cit.*, A. V. Rodrigues, *op. cit.*, e T. Hauschild, *Das Roemische Theater von Lissabon. Planaufnahme 1985-88*, «Madrider Mitteilungen», 31, 1990, pp. 348-392.

<sup>36</sup> Apenas a título de exemplo v. B. Hobley, *Recent Developments in British Urban Archaeology with special reference to the City of London (1975-83)*, *Arqueologia de las Ciudades Modernas Superpuestas a las Antiguas (Zaragoza, 1983)*, Madrid, 1985, pp. 179-211, onde se apresenta o complexo organograma institucional que enquadra as intervenções arqueológicas em Londres, desde a investigação pluridisciplinar de numerosas equipas, ao noticiário corrente, à produção de monografias científicas, aproveitamento posterior de estruturas *in situ*, exploração comercial dos sítios, etc.. Sublinhe-se que toda esta rede prevê, ainda, o enquadramento de trabalhadores em regime de voluntariado. Mas os exemplos podiam multiplicar-se. Em Roma o parlamento italiano discutiu e decidiu importantes alterações em artérias fundamentais da circulação do tráfego urbano, para recuperar e enquadrar o espaço dos *fora* imperiais, embora na prática o projecto não esteja a correr tão bem como se previa. Por outro lado, foi colocada a tónica na investigação dos vestígios proto-históricos da cidade e na Roma medieval e barroca, paralelamente ao tradicional campo de estudo da urbe clássica, v., de novo, apenas a título de exemplo, A. Ricci e P. Betto, *Archeologia a Roma Negli Anni Ottanta*, «Evphrosine», nova série, 21, 1993, pp. 451-460. Ou, ainda, as mais recentes intervenções em Paris na área do Louvre, *Grand Louvre. Sous les Jardins du Carrousel*, «Les Dossiers de l'Archéologie», 190, Fev. de 1994.

<sup>37</sup> As mais recentes e estimulantes leituras da cidade romana de *Felicitas Iulia Olisipo* devem-se a V. G. S. Mantas, *Notas Acerca de Três Inscrições de Olisipo*, «Conimbriga», 15, 1976, pp. 151-169, e, sobretudo, *As Cidades Marítimas da Lusitânia, Les Villes de la Lusitanie Romaine. Hiérarchies et Territoires*, Paris, CNRS, 1990, pp. 149-205, particularmente as pp. 160-173, e a J. C. Ribeiro, designadamente, *Contributos para o Conhecimento dos Cultos e Devoções de Cariz Aquático Relativos ao Território do Município Olisiponense*, «Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa», III série, 89(1), 1983, pp. 3-41, e *Estudos Histórico-Epigráficos em torno da Figura de L. Iulivs Maelo Cavdicvs*, «Sintria», I-II, 1982-3 (só distribuída, de facto, em 1989), pp. 151-476, de entre outros importantes contributos para a reavaliação da epigrafia olisiponense. Quanto à cidade medieval, a consulta de A. H. O. Marques, I. Gonçalves, A. A. Andrade, *Atlas das Cidades Medievais Portuguesas*, Lisboa, INIC, 1990, pp. 55-60, ou A. H. O. Marques, *Lisboa Medieval (Introdução Metodológica ao seu Estudo)*, *Da Pré-História à História. Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira*, Lisboa, Delta, 1987, pp. 369-376, demonstram bem a ausência da informação de índole arqueológica. Para a cidade moderna pode ver-se o Catálogo *Lisboa Quinhenista. A Imagem e a Vida da Cidade*, Lisboa, CML, 1983, onde se recenseiam os dados disponíveis.

Uma vez mais, a exposição *Lisboa Subterrânea* e o seu Catálogo poderão apresentar uma perspectiva completamente diferente.

<sup>38</sup> As dificuldades do acompanhamento sistemático de obras são, na realidade, quase inultrapassáveis, atendendo à descoordenação existente no universo de entidades e pessoas que promovem intervenções no subsolo de Lisboa. A situação caótica gerada por esta multiplicidade de intervenções estará em vias de ser minimamente ultrapassada, a fazer fé nas notícias veiculadas pelos *media*, com a elaboração de uma «carta topográfica» do subsolo da capital. Importante seria inscrever nessa «carta» toda a informação histórica conhecida sobre as diferentes áreas e locais. Se é incómodo e eventualmente perigoso afectar a rede de distribuição telefónica, de água, do saneamento, não menos o será causar danos irreversíveis em bens patrimoniais soterrados, particularmente se forem já conhecidos.

<sup>39</sup> Sobre a Casa dos Bicos, escavada em 1981-82, há somente algumas notícias sumárias: C. Amaro, *Casa dos Bicos: Notícia Histórico-Arqueológica*, «Arqueologia», 6, 1982, pp. 96-111, *XX Séculos de Arqueologia e História, Catálogo da XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura — Casa dos Bicos*, Lisboa, 1983, e A. L. Duarte e C. Amaro, *Casa dos Bicos — A Cidade e a Arqueologia, I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal, 1985)*, Lisboa, IPPC, 1986, pp. 143-154 (Trabalhos de Arqueologia 03). O Centro Cultural de Belém, escavado há menos tempo, não conheceu também, como se impunha, uma publicação atempada de resultados.

Estas lacunas são tanto mais chocantes quanto se trata de edifícios de prestígio, ocupados por instituições públicas de particulares responsabilidades culturais.

<sup>40</sup> A título meramente anedótico refira-se que a Assembleia Distrital de Lisboa possui um arqueólogo, destinado a prestar apoio aos municípios que o solicitem. A título de comparação, veja-se a dimensão das equipas que trabalharam na área do Louvre em Paris.